

Palestra de abertura

I Encontro “Diálogos em Representações Sociais”

realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade Estácio de Sá

Linha de Pesquisa:

Representações Sociais e Práticas Educativas,
no Auditório do Arquivo Nacional,
de 21 a 23 de novembro de 2007

A pesquisa das representações sociais pode nos enganar

Celso Pereira de Sá

UERJ

1. Introdução: algumas convicções quanto ao estudo das representações sociais

Antes de passar ao exame de algumas das dificuldades presentes na pesquisa empírica conduzida no domínio das representações sociais – como já anunciadas pelo título deste trabalho –, eu gostaria de esclarecer que se trata aqui de um esforço de contribuição para a realização de pesquisas mais consistentes e não de uma denúncia de inconsistências porventura inerentes a tal pesquisa. Nesse sentido, julgo importante reafirmar as cinco convicções que se seguem e que se encontram desenvolvidas – em maior ou menor grau – em diversas apreciações recentes do domínio teórico e empírico das representações sociais (por exemplo, ÁLVARO; GARRIDO, 2006; SÁ, 2007; JOVCHELOVITCH, 2008).

- (1) A teoria das representações sociais é hoje uma das mais importantes perspectivas teóricas no âmbito das ciências humanas e sociais;
- (2) Seu advento renovou significativamente o domínio da Psicologia Social, tornando-o “mais social” do que vinha sendo;
- (3) A sua ocupação com o conhecimento do senso comum resgatou para tal disciplina a relevância social que ela havia perdido;
- (4) E ensejou sua apropriação maximamente proveitosa por ciências aplicadas, como as da educação e da saúde;
- (5) O desenvolvimento e o refinamento do campo de estudo das representações sociais é um fato incontestado em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil.

2. Uma primeira desconfiança quanto ao estudo das representações sociais

Houve um tempo – pelo menos, no Brasil – em que as entrevistas não diretivas eram consideradas como o único método que possibilitava a expressão plena das representações.

Esta convicção ficou, entretanto, abalada quando foi publicada a pesquisa de Jodelet (1989/2005) sobre a representação social da loucura numa comunidade rural francesa que acolhia e cuidava de doentes mentais, ao longo da qual a observação de uma dada prática social – a de lavar separadamente as roupas e os pratos dos doentes mentais – levou a uma desconfiança em relação às declarações verbais dos sujeitos, as quais, nesse

caso, não haviam manifestado a existência de uma representação da doença mental como contagiosa.

Flament (1996) interpretou as reservas com que Denise passou então a ser tratada pela comunidade como devidas ao fato de, após a constatação de tal evidência, ela ter começado a fazer “boas perguntas” aos sujeitos. Eis o que, já anteriormente, Flament (1994, p.115-116) havia escrito nesse sentido:

(...) o discurso dos sujeitos está longe de revelar a complexidade das representações sociais. (...) Condicionalidade, centralidade qualitativa vs saliência (quantitativa), encadeamentos complexos de associações (...), todas coisas que os sujeitos não revelam senão se lhes coloca boas questões! O que, para nós, explica as decalagens aparentes entre representações sociais e práticas efetivas, pois o discurso espontâneo não é a representação social.

A desconfiança assim gerada quanto aos dados proporcionados pelos sujeitos na pesquisa das representações sociais pode, segundo Celso Sá (1998), ser atribuída a duas diferentes razões: (1) os sujeitos não falam espontaneamente de determinada coisa, porque esta lhes parece óbvia, porque faz tacitamente parte da sua realidade, sem se darem conta de que isto possa escapar inteiramente ao pesquisador; (2) os sujeitos não falam de determinada coisa, porque querem de fato escondê-la do pesquisador. A desconfiança quanto ao falseamento dos dados produzido por este segundo tipo, consciente, de variável independente tem sido objeto de investigações sistemáticas no âmbito da abordagem estrutural das representações sociais, como se verá a seguir.

3. A integração da desconfiança ao estudo das representações sociais: a zona muda

Recentemente, Abric (2003a, 2003b) formalizou esse tipo de desconfiança como um problema de pesquisa nos estudos da chamada “zona muda” das representações sociais, creditando a proposição original dessa noção a Flament, em 1996, e a sua primeira investigação empírica a Guimelli e Deschamps, em 2000. Sucintamente, Abric considera que, embora na maioria das vezes as representações identificadas nas pesquisas devam corresponder ao que de fato os membros de um dado grupo ou população pensam, há casos em que cabe distinguir entre “uma representação parcial explícita, verbalizada e uma segunda parte da representação não verbalizada, não expressa” (2003b, p. 23). A esta segunda parte da representação Abric tem chamado de “zona muda” ou, alternativamente, de “mascarada” ou “escondida”.

A zona muda, como sublinha Abric (*op. cit.*), não se refere a uma parte inconsciente da representação. O seu conteúdo faz parte do pensamento consciente das pessoas e elas não o manifestam, em determinadas situações como a de uma entrevista de pesquisa, porque não querem. Numa distinção feita anteriormente por Abric (2001), encontram-se na estrutura de uma representação “elementos ativados”, que são manifestados espontaneamente, e outros, chamados de “elementos adormecidos”, que, embora lá estejam, não são expressos, porque não são úteis ou pertinentes à situação em questão. Os elementos da zona muda, entretanto, para Abric (2003b), encontram-se em uma terceira condição, eles estão intencionalmente “escondidos”.

Por que isso acontece? Por que, em certos casos, alguns pensamentos são mascarados ou escondidos de outras pessoas, dentre os quais o pesquisador, configurando uma zona muda? Nas palavras de Abric (2003b, p. 25), isto acontece “porque existem, em toda situação, *normas sociais*, e a zona muda é constituída pelos elementos da representação que têm um caráter contra-normativo”. Nesse sentido, segundo a definição proposta por Guimelli e Deschamps (*apud* Abric, *op. cit.*), a zona muda é:

um subconjunto específico de cognições ou de crenças, que, mesmo sendo disponíveis, não são expressadas pelos sujeitos nas condições normais de produção e que (...) se elas fossem expressas (notadamente em certas situações) poderiam questionar os valores morais ou as normas valorizadas pelo grupo (p. 25).

4. Um breve excerto sobre a anterioridade e abrangência do fenômeno em questão

A rigor, um tal fenômeno de mascaramento dos julgamentos e convicções, bem como de características pessoais ou grupais, não foi evidenciado em primeira mão pela pesquisa das representações sociais em sua abordagem estrutural. Esta o tomou como uma importante variável a ser explorada nos seus estudos, para torná-los mais consistentes, mas sua descoberta data de uma época e de preocupações anteriores.

De fato, a noção de “desiderabilidade social” – ou seja, querer se apresentar sob uma luz favorável aos interlocutores ou, em termos mais coloquiais, “aparecer bem na fotografia” –, que explica a formação de zonas mudas na pesquisa das representações sociais, tem sido já há bastante tempo objeto de consideração em outros campos de estudo, como o da construção de testes psicológicos e escalas de atitudes. No que se refere aos testes, é comum que na sua preparação se inclua o cômputo de um “escore de mentira”, pelo qual são eliminadas as contribuições de sujeitos que respondam afirmativamente a um certo

número de questões – introduzidas propositalmente para esse fim – como “eu nunca senti dor de cabeça” ou “eu nunca acordei pela manhã sem vontade de sair para trabalhar”. Mesmo no domínio das representações sociais, encontram-se pesquisas preocupadas com o controle desse fenômeno, mas que não foram geradas originalmente pela hipótese da zona muda. Por exemplo, Silva (2006), em sua dissertação de mestrado sobre a representação social de policiais militares do Rio de Janeiro acerca das relações entre a sua própria instituição e a sociedade, usou um artifício – o qual, a propósito, se verá, em seguida, que foi também adotado como parte de uma técnica de identificação da zona muda –, para prevenir o mascaramento de certos elementos. Como a pesquisadora é Oficial (Psicóloga) da Polícia Militar, temeu-se que os sujeitos da pesquisa – sargentos, cabos e soldados – pudessem, por receio de alguma “perseguição” posterior, não dizer tudo aquilo que pensavam sobre a Polícia Militar. Então, seu orientador, Celso Sá, sugeriu que ela perguntasse aos sujeitos não o que eles próprios pensavam, mas o que eles achavam que o conjunto dos policiais militares pensava. Não se tratou aqui da identificação de uma zona muda, mas sim de uma medida preventiva com vistas à neutralização das condições para o seu surgimento. Posteriormente, antes de concluída a dissertação, a pesquisadora a ela incorporou, dada a sua extrema pertinência, a literatura sobre a zona muda, com vistas ao enriquecimento teórico-conceitual do trabalho.

5. Da desconfiança à correção dos enganos ensejados pela pesquisa das representações

Dentro do espírito característico da abordagem estrutural das representações sociais – que implica, segundo Sá (1996), o enfrentamento dos aspectos mais intrigantes e desafiantes dos fenômenos de representação social –, Abric (2003b) dá conta do desenvolvimento de duas técnicas de identificação de zonas mudas, a partir de um princípio metodológico simples e bastante engenhoso. Tal princípio se reduz a duas proposições: (1) se a zona muda é formada de elementos contra-normativos, ela resulta, portanto, da existência de pressões normativas; (2) para favorecer a sua expressão, é preciso reduzir as pressões normativas, ou seja, dar certa legitimidade a posições ilegítimas.

Uma de tais técnicas, chamada de “substituição”, envolve a realização da pesquisa em duas etapas. Na primeira, pede-se ao sujeito que responda em seu próprio nome, como é habitual. Na segunda etapa, pede-se que ele responda da forma como acha que outras pessoas – pertencentes a grupos mais ou menos próximos ao dele – responderiam. Como

ilustração, numa pesquisa sobre a representação social dos ciganos, Guimelli e Deschamps (*apud* Abric, 2003b) mostraram que, quando os sujeitos respondiam em seu próprio nome, privilegiavam as evocações “nômade”, “*trailer*” e “músico” e que, quando respondiam em nome dos franceses de um modo geral, acrescentavam a estas a evocação o tema “roubo”, numa frequência bastante elevada.

Numa das primeiras pesquisas brasileiras sobre a zona muda, Oliveira e Lessa (2007) empregaram essa mesma técnica de substituição, para identificar da existência de uma zona muda na representação do portador de HIV/AIDS por enfermeiros na cidade do Rio de Janeiro. Quando respondendo em seu próprio nome, uma amostra desses profissionais evocou, como constituintes do sistema central da sua representação da Aids, os temas “educação-saúde”, “cuidado-precaução-profissional” e “tratamento”. Quando solicitados a responder em nome dos brasileiros em geral, os elementos centrais passaram a ser “medo”, “preconceito” e “homossexualidade”. Tem-se, portanto, aqui – pelo menos, em princípio – um caso extremo de “mascaramento” da real representação construída por esse grupo.

A segunda técnica, de “descontextualização normativa” – que deixará de ser aqui apresentada, para não quebrar a continuidade que se quer dar à discussão em curso – encontra-se, como a primeira, descrita em detalhes em Abric (2003a, 2003b).

6. Uma interpretação alternativa à da zona muda no campo das representações sociais

Na pesquisa sobre a representação social da Polícia Militar construída pelos próprios policiais militares, que foi anteriormente aludida, ocorreu uma reação interessante. Alguns sujeitos registraram nos seus questionários que responderam, como lhes fora instruído, da forma como achavam que o conjunto dos policiais militares responderia, mas que eles próprios pensavam de modo diferente. Isto quer dizer que esses sujeitos responderam em nome do conjunto, não porque quisessem esconder a sua própria representação, mas porque conheciam a representação da maioria dos seus colegas e assim puderam cumprir a instrução recebida.

Wagner (1998, p. 14) dá bem conta desse efeito de “transparência representacional” como algo que ocorre comumente nas sociedades contemporâneas. Diz ele:

(...) os membros dos grupos [reflexivos] precisam ser capazes de atribuir uma determinada representação ao próprio grupo, se eles a subscrevem. Foi mostrado que eles podem também atribuir representações que lhes sejam pessoalmente estranhas, mais ou menos corretamente,

a um grupo de fora (...). Nas sociedades modernas, a habilidade de conhecer o que *outgroups* relevantes pensam não deve surpreender. A comunicação de massa, as discussões e conversações com parceiros na família, com colegas no trabalho e com pessoas nas ruas, tornam outros grupos e suas ideologias transparentes. É a isto que se refere à reflexividade de grupos na sociedade moderna: primeiro, saber o que o meu grupo conhece; segundo, ter uma idéia dos sistemas de conhecimento dos outros grupos.

Esta é, pois, mais uma sutileza inerente à complexidade dos fenômenos de representação social com que o pesquisador acaba por se confrontar. Quando ele desconfia de que possa estar sendo enganado pelos sujeitos da sua pesquisa, que estariam escondendo dele uma parte da sua representação, e utiliza certas técnicas para evidenciá-la, ele pode estar sendo enganado por uma segunda vez. Ou seja, aquilo que ele finalmente pense ter identificado como uma zona muda pode ser nada mais do que a manifestação de um conhecimento que a população estudada tem acerca das representações formadas por outros conjuntos sociais.

Não se trata, entretanto, aqui de uma incerteza inescapável no mister do pesquisador das representações sociais. Costa (2007), que, orientado por Denize Oliveira, se encontrava alertado para a possibilidade de uma interpretação alternativa dos seus resultados em termos de transparência representacional, buscou e tratou dados adicionais, que lhe permitiram concluir com alguma segurança que havia de fato encontrado uma zona muda na representação de enfermeiros cariocas acerca do paciente portador de HIV/AIDS. De um modo geral, se a pesquisa se vale de mais de uma fonte ou de mais de um tipo de dados, melhores condições o pesquisador adquire para interpretar seus resultados de forma consistente.

7. Conclusão: quando a pesquisa das representações sociais pode nos enganar

Obviamente, não basta acrescentar quaisquer fontes ou tipos de dados, para se escapar dos enganos que a pesquisa das representações sociais pode ensejar, visto que, muitas vezes, a quantidade e a diversidade de informações podem mais confundir do que esclarecer. O que parece realmente necessário – inclusive para decidir quais fontes ou tipos de dados buscar – é que nos mantenhamos conscientes das várias coisas que se supusermos, fizermos ou deixarmos de fazer podem nos induzir ao engano, seja na

construção do objeto de pesquisa, na condução dos processos de coleta e de análise dos dados e/ou na interpretação dos resultados.

Como na Introdução, reafirmo, sem maiores comentários – porque já desenvolvidos em outros lugares, como em Sá (1998), e aqui mesmo –, cinco circunstâncias que podem fazer com que a pesquisa das representações sociais nos engane.

- (1) Quando cremos que o comportamento discursivo espontâneo das pessoas revela inteiramente a representação do seu grupo;
- (2) Quando não procuramos nos informar sobre as práticas sociais correntes do grupo em relação ao objeto de representação;
- (3) Quando deixamos de prestar atenção às relações entre o grupo estudado e outros para os quais o objeto também seja relevante;
- (4) Quando, mesmo conhecedores de tais práticas e relações, nos abtemos de elaborar e de propor “boas perguntas” às pessoas;
- (5) Quando supomos que as representações sociais determinam o comportamento dos membros do grupo em qualquer situação.

Referências

- ABRIC, J-C. Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In: CAMPOS, P. H. F.; LOUREIRO, M. C. S. (Org.). *Representações sociais e práticas educativas*. p.35-57. Goiânia: UCG, 2001.
- ABRIC, J-C. La recherche du noyau central et de la zone muette des représentations sociales. In : ABRIC, J-C. (Org.). *Méthodes d'étude des représentations sociales*. p.59-80. Ramonville Saint-Agne: Érès, 2003a.
- ABRIC, J-C. A zona muda das representações sociais. In: OLIVEIRA, D. C.; CAMPOS, P. H. F. (Org.). *Representações sociais: uma teoria sem fronteiras*. p.23-34. Rio de Janeiro: Museu da República, 2003b.
- ÁLVARO, J. L.; GARRIDO, A. *Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.
- COSTA, T. L. *As representações sociais acerca de pessoas com HIV/AIDS entre enfermeiros: um estudo de zona muda*. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) Universidade do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.
- FLAMENT, C. Aspects périphériques des représentations sociales. In: GUIMELLI, C. (Org.). *Structures et transformations des représentations sociales*. p.85-118. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 1994.
- FLAMENT, C. Comunicação pessoal, 1996.

- JODELET, D. *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2005. Publicado originalmente em 1989.
- JOVCHELOVITCH, S. *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- OLIVEIRA, D. C.; COSTA, T. L. A zona muda das representações sociais sobre o portador de HIV/AIDS: elementos normativos e contranormativos do pensamento social. *Psicologia: Teoria e Prática*, v.9, n.2, p.73-91, 2007.
- SÁ, C. P. As representações sociais na história recente e na atualidade da psicologia social. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. (Org.). *História da psicologia: rumos e percursos*. p.587-602. Rio de Janeiro: Nau, 2007.
- _____. *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- SILVA, A. V. V. *A Polícia Militar e a sociedade, na representação social dos policiais militares no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.
- WAGNER, W. Sócio-gênese e características das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Org.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. p.3-25. Goiânia: AB Editora, 1998.

ARTIGOS